

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO DE SHANGAI E
A POLÍTICA INTERNACIONAL CHINESA E RUSSA

GUSTAVO JULIANO TREIS

Florianópolis, setembro de 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO DE SHANGAI E
A POLÍTICA INTERNACIONAL CHINESA E RUSSA

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Por: Gustavo Juliano Treis

Orientador: Prof. Dr. Pedro Antônio Vieira

Área de Pesquisa: Evolução do Capitalismo Contemporâneo

Palavras Chave: 1. China
2. Rússia
3. Organização de Cooperação de Shangai
4. Política Internacional

Florianópolis, setembro de 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 7,50 ao aluno Gustavo Juliano Treis na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Profº Dr. Pedro Antônio Vieira
Presidente

Profº Dr. Nildo Domingos Ouriques
Membro

Profº Dr. Louis Roberto Westphal
Membro

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor Pedro Vieira pelas aulas ministradas na disciplina de Evolução Econômica do Capitalismo Contemporâneo, no segundo semestre letivo de 2005, sem as quais esse trabalho teria tomado um rumo completamente diverso deste aqui apresentado.

Agradeço aos meus pais, aos meus irmãos e às minhas doces irmãs que nunca me deixaram faltar o amor, o apoio e a provisão quando mais necessitei.

Agradeço aos meus irmãos em Florianópolis e especialmente ao Wallace que me deu todo o apoio necessário para a conclusão do Curso de Ciências Econômicas.

E, especialmente agradeço à minha noiva Silvinha a quem, em breve, me unirei.

“Foi-lhe dado domínio, e glória, e o reino, para que os povos, nações e homens de todas as línguas o servissem; o seu domínio é domínio eterno, que não passará, e o seu reino jamais será destruído”. (Daniel 7:14)

*Glória e honra ao Rei dos reis,
Jesus.*

SUMÁRIO

Resumo	6
01. Introdução	7
02. Relações internacionais, organizações interestatais e hegemonias	10
2.1 Breve passagem pelas Relações Internacionais	10
2.2 Breve passagem pela teoria das organizações internacionais.....	13
2.3 As organizações internacionais e os Estados hegemônicos	15
2.3.1 Tipos de liderança entre Estados nacionais	15
2.3.2 Os diferentes tipos de poder: Japão, Rússia e EUA.....	19
2.3.3 Os EUA como centro de poder regional e mundial	20
03. A Organização de Cooperação de Shangai (OCS).....	23
3.1 Introdução à Organização de Cooperação de Shangai	23
3.2 Características técnicas da OCS	25
3.3 A OCS e a perspectiva dos países observadores – Índia e Irã.....	26
04. Implicações político-econômicas da OCS para a China e a Rússia	28
4.1 OCS: mais do que uma organização de cooperação regional?.....	28
4.2 As estratégias sino-russas de expansão de poder pela OCS	31
4.2.1 A estratégia de expansão das agências internacionais: a criação da OCS	31
4.2.2 A estratégia de cooptação e fragmentação	32
4.2.3 A estratégia da geração de ideologias: o “Espírito de Shangai”	33
4.3 A OCS e as perspectivas para as economias russa e chinesa	37
05. Considerações finais.....	43
06. Referência Bibliográfica.....	45

Resumo

O presente trabalho visa demonstrar como a Organização de Cooperação de Shanghai (OCS) atua como um componente de fortalecimento da economia e das instituições de poder chinesas e russas. A China e a Rússia possuem interesses específicos na constituição da OCS. Quais os objetivos desses países na constituição desse organismo de cooperação? Quais os benefícios que China e Rússia têm com a OCS? Os dois países assumem uma posição de crescente destaque no cenário internacional. O relacionamento que os dois vêm desenvolvendo garante a eles uma posição mais independente das decisões tomadas pelo Ocidente e abre uma nova perspectiva para a economia asiática e para as instituições de poder dos dois países. A OCS é uma organização nova e este trabalho visa introduzi-la no debate acadêmico brasileiro.

01. Introdução

China e Rússia são países de destaque na comunidade internacional. Para exemplificar, os dois países participam, juntamente com os Estados Unidos, Inglaterra e França, como únicos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU. Possuem o domínio das armas atômicas; são países líderes em uma região que gradualmente ganha importância e força no capitalismo mundial.

A Rússia é a herdeira da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) que durante o século XX bipolarizou o mundo ao lado dos Estados Unidos no longo episódio conhecido como Guerra Fria. O país destaca-se por possuir um amplo conhecimento em tecnologia espacial-militar e também por possuir grandes reservas energéticas. O atual governo vem realizando forte reestruturação no seu sistema político e econômico o que tem proporcionado altas taxas de crescimento nos últimos anos.

A China é uma nação de cultura milenar. Por um determinado período foi um Império que esteve, em seu tempo, à frente de outras civilizações em matéria de desenvolvimento técnico-militar e organização social. Perdeu esse posto para aquilo que viemos a conhecer a partir do século XV como “civilização ocidental”, composta pelos países europeus e norte-americanos (HUNTINGTON, 1997). Sua população cresceu e tornou-se o país mais populoso do mundo. Entrou em meados do século XX num regime comunista e, com as reformas econômicas do final da década de 1970, passou a ser um pólo de atração de capital internacional. O capital passou a migrar de todas as regiões do mundo para dentro desse país em busca de uma mão-de-obra barata e industriosa. Com isso, não demorou muito para a China passar a ser conhecida como a “fábrica do mundo”. Mas o seu destaque não se limita à área econômica. Um outro ponto a ser mencionado é que o Estado chinês é uma instituição forte e soberana. A economia chinesa cresce, e o seu poder e influência nas decisões regionais e internacionais têm crescido conjuntamente.

Gilpin (1994, p. 155), falando sobre a nova ordem política e econômica mundial indicou que não existe “uma liderança óbvia para um bloco regional no Pacífico (...) O líder mais óbvio, o Japão, reluta em assumir este papel”. A China, por outro lado, parece ter – ao menos tem demonstrado ter – pretensões muito mais ousadas do que as do

seu vizinho nipônico. A questão é se ela tem as condições necessárias para assumir essa liderança.

Nos últimos anos, a China valeu-se de uma aproximação com a Rússia para juntas ganharem maior influência na Ásia Central. Além de aumentar a sua influência nessa região, a China também necessita do país russo para que possa dar continuidade ao seu expressivo crescimento econômico. A grande necessidade de energia para o desenvolvimento da China ganhou força no debate dos dois países e a Rússia – com suas reservas de gás e petróleo e o seu domínio da energia atômica – tornou-se um grande aliado para o suprimento da demanda chinesa. Os dois países têm feito acordos de longo prazo para o fornecimento de energia.

A aproximação sino-russa teve início através dos “cinco de Shangai”¹ e, em 2001, teve continuidade pela constituição da Organização de Cooperação de Shangai. A OCS pode ser vista como um meio de fortalecimento das posições chinesa e russa sobre a Ásia Central; tem o intuito de resguardar uma área de influência livre dos interesses ocidentais; visa a questão da disputa pelo petróleo, as guerras no Oriente Médio e a expansão da OTAN na região dos países da extinta União Soviética; está relacionada com a expansão econômica e o fortalecimento político da China e com o esforço russo em manter o status de grande potência e de recuperar a influência sobre os países satélites da ex-União Soviética. O que todas essas questões – direta ou indiretamente relacionadas à constituição da OCS – podem significar para a economia asiática em termos de poder hegemônico² ainda não está muito evidente. Mas o que é mais evidente é que a constituição da OCS é relevante para o futuro da Ásia no que diz respeito à sua inserção no “jogo dos grandes” do capitalismo mundial.

Quais os objetivos de China e Rússia na constituição da OCS? Quais os benefícios que China e Rússia têm com a OCS? Estas são algumas das perguntas cujas respostas poderão ajudar a compreender melhor o futuro desdobramento político-econômico da Ásia e do sistema capitalista mundial.

¹ Nome dado ao grupo formado por China, Rússia, Kazaquistão, Kirguistão e Tadjiquistão que reuniu-se anualmente entre os anos de 1996 e 2001. (Ver capítulo 03).

² Geralmente o termo “hegemonia” denota “dominação”. No caso da Rússia e da China e sua relação com os outros países membros da OCS e, estendendo a análise, com os países da Ásia, este termo é utilizado mais no sentido de “liderança”; indicando o papel que esses dois Estados possuem na região.

O objetivo principal desse trabalho é demonstrar como a Organização de Cooperação de Shangai atua como um componente de fortalecimento da economia e das instituições de poder chinesas e russas. Para isso, no capítulo seguinte será realizado um breve apanhado das teorias das relações internacionais e das organizações internacionais e um estudo da relação existente entre as organizações e os Estados hegemônicos. No terceiro capítulo será feito um levantamento a respeito da estrutura da OCS e da sua história, desde a sua constituição até os dias atuais. O quarto capítulo trará uma análise a respeito das implicações da OCS sobre as estruturas de poder russa e chinesa bem como sobre a economia asiática. E, por último, algumas considerações finais serão tecidas.

Devido ao caráter recente da Organização e a falta de material sobre o assunto em língua portuguesa, esse trabalho utilizou extensivamente a pesquisa na internet de notícias sobre a Rússia, a China e a Organização de Cooperação de Shangai como base para a análise.

02. Relações internacionais, organizações interestatais e hegemonias

Nesse capítulo serão tratados três aspectos. O primeiro, diz respeito às relações internacionais, sua teoria e os diferentes tipos de relações que se desenvolvem entre os Estados. O segundo aborda brevemente o tema das organizações internacionais, os tipos, as definições e as características delas. O terceiro aspecto versa sobre a relação existente entre os Estados hegemônicos e as organizações internacionais, demonstrando como estas servem aos objetivos daqueles entes da política internacional; aborda ainda as formas de liderança dos Estados hegemônicos e trata do modelo norte-americano de hegemonia.

2.1 Breve passagem pelas Relações Internacionais

O estado de desenvolvimento científico-tecnológico que a sociedade capitalista alcançou, somado a complexidade da organização social e política do mundo, já não permitem mais que os governantes, empresários e a sociedade como um todo atuem de maneira a ignorar o que se passa em outras nações, mesmo que elas estejam localizadas no outro lado do mundo. A interdependência entre os povos alcançou tamanha relevância que os acontecimentos internos a um país podem se fazer sentir globalmente.

Fernandes (1991, p. 12) expõe com pertinência a questão da interdependência entre os agentes internacionais, dizendo que

a estrutura da comunidade internacional tem importância relevante para o funcionamento dos sistemas políticos nacionais, na medida em que constitui o seu ambiente externo ou extra-social. Hoje, nenhum sistema político funciona somente em relação com o seu ambiente interno ou intra-social: as exigências que lhe são formuladas, os recursos que lhe são fornecidos e as limitações que lhe são impostas, têm origem muitas vezes em motivações de ordem externa e são influenciadas direta ou indiretamente pelas contingências da comunidade internacional; e as decisões que adota e executa não podem ignorar a sua inserção no contexto mundial, nem o seu relacionamento com os outros sistemas nacionais.

Sobre as relações desenvolvidas entre os Estados, Fernandes (1991, p. 22) as classifica em pacíficas e conflituosas – apesar de julgar essa classificação como tendencial,

visto que nas relações pacíficas podem haver elementos de conflito e nas relações conflituosas elementos pacíficos – e especifica algumas subdivisões³, conforme quadro abaixo:

Tabela 01 – Tipos de relações internacionais		
a) Relações pacíficas ou amigáveis	De reciprocidade	Relações consulares
		Relações diplomáticas clássicas
		Relações diplomáticas <i>ad hoc</i>
	De cooperação e coordenação	Política
		Econômica
		Militar
		Social e humanitária
	De integração	Científica, cultural e técnica
		Numa federação
b) Relações conflituosas		Numa organização supranacional
		Desacordos (econômicos)
		Diferendos (políticos)
		Litígios (diplomáticos)
		Guerras (militares)

Relações de reciprocidade: nos dizeres de Fernandes (1991, p. 27), parafraseando o Prof. André Gonçalves Pereira, “as relações de reciprocidade surgem quando dois ou mais Estados adotam determinada conduta, com a consciência da sua obrigatoriedade, em virtude de reconhecerem que cada um deles, com essa conduta, satisfaz o interesse de um outro Estado, e vê em consequência satisfeito por este o seu interesse”. As relações de reciprocidade podem ser de três modos: a) Consular: tem um caráter mais administrativo e comercial; b) Diplomática: tem um caráter político. (Como, por exemplo, a representação do chefe de Estado em outros países ou organizações internacionais); c) Diplomática *ad hoc*: caracterizada por encontros entre responsáveis políticos de alto nível (chefes de Estado, ministros, técnicos do governo etc.) e conferências.

Relações de cooperação e de coordenação: diferente das relações de reciprocidade, nas quais a atuação ou a abstenção individualizada de um Estado satisfaz objetivos de outro Estado, nas relações de cooperação e coordenação é a atuação conjunta de dois ou mais Estados que resultará no sucesso dos objetivos perseguidos. As duas Grandes Guerras, a ordem emergente delas e o aumento das interações entre entes

³ Para este estudo serão detalhadas apenas as relações pacífica-amigáveis, visto que essas abrangem todas as relações existentes entre os países membros da Organização de Cooperação de Shanghai.

internacionais suscitaram a criação de numerosas organizações de cooperação. Como Fernandes (1991, p. 14-15) definiu:

A necessidade de os Estados procurarem em comum soluções para os principais problemas internacionais a fim de preservar a paz, assim como o desejo de estabelecerem e incrementarem entre si relações econômicas e culturais, levaram-nos a criar uma complexa rede de organizações internacionais públicas de caráter universal, regional, continental ou intercontinental (...) Estão organizadas a um plano internacional e os seus objetivos abrangem todas as atividades humanas possíveis e imaginárias: religião e filosofia, problemas científicos e culturais, filantropia, questões econômicas e sociais. Vão da teologia aos Jogos Olímpicos, da sorte da infância à astronomia, do cancro aos problemas de trabalho, da aviação aos direitos do homem.

As organizações de cooperação e coordenação podem ser: a) Organizações de cooperação política: com o objetivo de estreitar as relações políticas entre os Estados membros (Exemplo: ONU – Organização das Nações Unidas e OEA – Organização dos Estados Americanos); b) Organizações de cooperação militar: têm o objetivo da manutenção da paz e da segurança dentro da área geográfica dos seus Estados membros (Exemplo: OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte e Pacto de ANZUS – Pacto tripartido entre Austrália, Nova Zelândia e Estados Unidos); c) Organizações de cooperação econômica: objetiva fomentar as relações econômicas, financeiras e comerciais entre os Estados membros (Exemplo: OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento, FMI – Fundo Monetário Internacional, Mercosul – Mercado Comum do Sul e BIRD – Banco Interamericano para a Reconstrução e o Desenvolvimento); d) Organizações de cooperação social e humanitária: têm como finalidade a proteção do indivíduo ou de grupos sociais (Exemplo: UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância, OMS – Organização Mundial da Saúde e FAO – Organização para a Alimentação e a Agricultura); e e) Organizações de cooperação científica, cultural e técnica: destinam-se a promover os intercâmbios culturais, a investigação científica e a assistência técnica (Exemplo: AIEA – Agência Internacional de Energia Atômica e UNESCO – Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas).

2.2 Breve passagem pela teoria das organizações internacionais

As organizações internacionais, se comparadas com outras instituições do capitalismo – como o Estado nacional e as empresas capitalistas, são relativamente novas. No entanto, desde que surgiram os primeiros embriões do que chamamos hoje de Estado nacional já existiam relações entre Estados, entre Estados e capitalistas e entre capitalistas. Primeiramente – e por um longo período de tempo – as relações eram predominantemente bilaterais. Somente no final do século XIX é que as relações multilaterais (característica marcante das organizações internacionais) começaram a ganhar importância.

Há dois tipos básicos de organização internacional: as organizações governamentais e as não-governamentais (ONG's)⁴. As organizações internacionais governamentais ou, simplesmente, organizações interestatais (visto que os seus membros constituintes são Estados nacionais) pressupõem a existência de objetivos de interesse comum entre os países membros.

Seitenfus (1997, p. 26-27) apresenta a seguinte definição para organização internacional: “trata-se de uma sociedade entre Estados, constituída através de um Tratado, com a finalidade de buscar interesses comuns através de uma permanente cooperação entre seus membros”. Citando Paul Reuter, o autor acrescenta que as organizações seriam “uma associação voluntária entre Estados, constituída através de um tratado que prevê um aparelhamento institucional permanente e uma personalidade jurídica distinta dos Estados que a compõem, com o objetivo de buscar interesses comuns, através da cooperação entre seus membros” (1997, p.27). Cabe ressaltar que a diferença entre as duas definições está na necessidade de um aparelhamento institucional que possibilite à organização manifestar uma vontade distinta daquela manifestada pelos Estados membros.

Segundo Seitenfus (1997, p. 24-27), são três as principais características das organizações internacionais:

Multilateralidade: pode ser regional ou universal. As primeiras unem-se por fatores em comum (por exemplo, fatores geográficos ou culturais). Já as universais “não fazem discriminação de origem, de organização política ou de localização entre seus sócios” (ibidem).

⁴ No presente estudo as organizações não-governamentais (ONG's) não serão analisadas.

Permanência: as organizações internacionais não possuem período pré-definido de existência.

Institucionalização:

A mais simplista e primária forma de institucionalização consiste em formar um restrito secretariado administrativo sob a responsabilidade, por vezes rotativa, de um dos sócios. A mais complexa e avançada se reflete na delegação de competência e poderes dos Estados membros para um órgão supranacional, capacitado a impor as decisões e controlar sua forma de aplicação. (SEITENFUS, 1997, p. 26)

Há três elementos que pressupõe a institucionalização: Primeiro, a organização internacional é um espaço institucional de solução de conflitos e de relacionamento interestatal com o objetivo de prever fatos e condutas que materializar-se-ão na realidade. Segundo, a institucionalização de uma organização internacional pressupõe a perda, em diferentes graus, de soberania dos Estados participantes perante os seus sócios (o que não implica necessariamente em perda de soberania perante outros Estados localizados fora da jurisdição da Organização). Terceiro, “só fazem parte delas (das organizações internacionais) os Estados, ou grupos sociais, que exprimam a vontade de a elas pertencer” (FERNANDES, 1991, p. 39).

As organizações internacionais podem ser classificadas: segundo a natureza: técnica ou político-militar; segundo a função ou objetivo: aproximar posições mediante diplomacia, adotar normas comuns de comportamento no campo dos direitos humanos, trabalhistas e da saúde, realizar ações operacionais e prestar serviços aos estados membros; segundo a estrutura de poder e decisão entre os membros: refere-se à forma como as decisões são tomadas. Seitenfus (1997, p. 38) enumera três maneiras: a) unanimidade: todas as decisões são tomadas por votação na qual todos os estados membros concordam com as disposições adotadas. b) consenso: mecanismo em que não há votação. Geralmente chega-se a um texto que possui o consenso de todos. c) maioria: cada membro conta com direito a um voto ou possui um determinado peso nas decisões. As organizações internacionais podem ser classificadas ainda segundo a sua composição: a) organizações regionais: a seleção é feita pela proximidade geográfica; b) organizações por objetivo: a seleção é feita segundo interesses objetivos comuns, possui uma preocupação material específica; e c) organizações internacionais de caráter universal: alcançam todo o universo de países, ficando a critério do próprio Estado a sua participação na organização.

2.3 As organizações internacionais e os Estados hegemônicos

Uma hegemonia pode ser caracterizada pela atuação, individual ou coletiva, de Estados com poder de influir nos assuntos políticos, militares, econômicos ou financeiros de uma determinada região abarcada por poucas ou muitas nações. A hegemonia não necessariamente é universal, ela pode se manifestar na forma de liderança sobre uma região ou sobre um grupo disperso de Estados.

Guimarães (1999, cap. 02), em vez de “Estado hegemônico”, prefere utilizar o termo “Estruturas hegemônicas” para expressar o poder de liderança de um grupo de Estados, organizações internacionais, atores públicos ou privados. Ele diz que “o conceito de “estruturas hegemônicas” é mais flexível e inclui vínculos de interesse e de direito, organizações internacionais, múltiplos atores públicos e privados, a possibilidade de incorporação de novos participantes e a elaboração permanente de normas de conduta” (1999, p. 28). Mas, apesar de nessa citação o autor tornar abrangente os possíveis participantes de uma estrutura hegemônica, ele continua a construção do seu conceito afirmando ainda que “no âmago dessas estruturas, estão sempre Estados nacionais” (ibidem). Isso demonstra que, para o autor, o Estado nacional continua sendo a principal fonte de poder e o principal ator no cenário internacional.

Arrighi (1996, p. 27) classifica “hegemonia mundial” como sendo “a capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas”. Sem prejuízo aparente à colocação de Arrighi, é possível classificar hegemonia “regional” como sendo a capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo [não exatamente sobre um “sistema” de nações, mas] sobre um conjunto de nações soberanas.

2.3.1 Tipos de liderança entre Estados nacionais

Antonio Gramsci diferenciou dois tipos de hegemonia no plano nacional:

A supremacia de um grupo social manifesta-se de duas maneiras, como “dominação” e como “liderança intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos antagônicos, que ele tende a

“liquidar” ou subjugar, talvez até pela força das armas, e lidera os grupos afins ou aliados. (*in*: ARRIGHI, 1996, p. 28)

Como esclarece Arrighi (*ibidem*), “essa é uma reformulação da concepção de Maquiavel sobre o poder como uma combinação de consentimento e coerção. A coerção implica o uso da força ou uma ameaça digna de crédito; o consentimento implica a liderança moral”. Um exemplo claro de liderança pelo uso de alguma “ameaça digna de crédito” é o que fizeram as nações por volta de meados do século XX, quando o domínio do processo de fabricação e utilização da bomba atômica garantiu a todos os Estados que o detinham uma posição de relevância nos assuntos internacionais. Não que ela pudesse ser utilizada em um confronto direto com outra potência que também possuísse esse conhecimento – pois isso provavelmente implicaria na aniquilação completa das duas nações – mas o simples fato de deter esse conhecimento contribuía para a soberania e fortalecimento dos Estados, como ainda hoje contribui.

Arrighi acrescenta ainda que o instrumento mais característico do poder capitalista é o “controle dos meios de pagamento”, o que não constava na conceituação gramsciana.

Arrighi (*ibidem*, p. 28-29) aperfeiçoa a conceituação gramsciana para realizar a análise da sua teoria dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação apresentando que a

dominação é concebida como primordialmente fundamentada na coerção; a hegemonia, por sua vez, é entendida como poder adicional que é conquistado por um grupo dominante, em virtude de sua capacidade de colocar num plano “universal” todas as questões que geram conflitos (...) A alegação do grupo dominante de representar o interesse geral é sempre mais ou menos fraudulenta. Não obstante, [só se caracteriza uma hegemonia] quando essa alegação for pelo menos parcialmente verdadeira e trazer alguma contribuição para o poder do grupo dominante. Quando a alegação do grupo dominante de representar o interesse geral for totalmente fraudulenta estará criada uma situação, não de hegemonia, mas de fracasso da hegemonia.

Giovanni Arrighi continua sua formulação dizendo que “um Estado dominante exerce uma função hegemônica quando lidera o *sistema* de Estados numa direção desejada e, com isso, é percebido como buscando um interesse geral” (*ibidem*).

Essas conceituações de hegemonia são úteis quando se analisa a constituição de organizações interestatais, visto que o objetivo último da constituição de uma organização desse tipo é, via de regra, a liderança ou fortalecimento da posição de um Estado ou grupo de Estados sobre os Estados-membros ou ainda sobre Estados de fora da organização.

Seitenfus (1997, p. 48-49), a respeito da relação entre as organizações internacionais e os Estados mais poderosos, declara:

Tanto o surgimento da organização internacional quanto a sua evolução, representam o resultado de um processo de relações de forças. A presença da organização internacional somente conduz aquelas relações ao âmbito institucional. Contudo, este não coloca em risco as relações de forças e o poder exercido pelos Estados mais fortes. Neste sentido, as organizações internacionais formalizam e institucionalizam uma espécie de *hegemonia consensual*.

A criação de organismos internacionais aponta o esforço das grandes potências no sentido de institucionalizar e organizar consensualmente a hegemonia que elas exercem sobre outros Estados.

Isto pode ser claramente percebido na relação existente entre os Estados Unidos (como centro de poder do século XX por excelência) e a criação de vários organismos internacionais. Podemos citar três exemplos deles para posterior análise: a ONU, como instituição de governo mundial; a OTAN, como um meio de assegurar uma área de influência militar; e o NAFTA, como um acordo de expansão econômica.

O embaixador brasileiro Samuel Pinheiro Guimarães (1999, cap. 03) enumera cinco estratégias utilizadas pelas estruturas hegemônicas para o fortalecimento e expansão do seu poder perante os estados periféricos: expansão das agências internacionais, cooptação e fragmentação, geração de ideologias, formação de elites e difusão ideológica. Das cinco estratégias apresentadas, três fazem menção direta à utilização de organizações internacionais para a expansão do poder das estruturas hegemônicas.

A primeira dessas três estratégias é a expansão das agências internacionais sob seu comando.

No seio de tais organizações se desenvolve, sob a liderança dos países que integram aquelas estruturas hegemônicas, um esforço de elaboração de normas, com suas respectivas sanções, de comportamento internacional (e, hoje, crescentemente nacional) que seria “permitido”, ou seja, “legal”. (GUIMARÃES, 1999, p. 32)

Nas agências internacionais as estruturas hegemônicas buscam estabelecer normas de condutas e sanções para os países periféricos, buscam a preservação do seu poder e dos benefícios delas decorrentes, intervir de maneira mais abrangente na política e economia de outros países, coordenar atividades militares e controlar a expansão de armamentos/tecnologias, criar normas de condução econômica, abrir mercados para os seus produtos e empresas e, ainda, formar estruturas supranacionais de governo.

A segunda estratégia que diz respeito às agências internacionais é a cooptação e fragmentação dos estados e organizações mais fracos. Por cooptação entende-se o ato da estrutura hegemônica de levar um país, região ou organização para debaixo da sua área de influência e domínio.

A segunda estratégia de preservação das estruturas hegemônicas de poder é a de incluir novos atores, como sócios menores, por conveniência tática ou pela necessidade de refletir novas realidades de poder, decorrentes da dinâmica internacional. (GUIMARÃES, 1999, p. 34)

O autor cita como exemplos recentes a inclusão da Rússia ao G-7; a proposta de inclusão da Alemanha e do Japão no Conselho de Segurança das Nações Unidas; a expansão da União Européia pela incorporação de pequenos e médios países da Europa; a incorporação de Estados da Europa Oriental à OTAN e a expansão de sua área geográfica de atuação; a incorporação do México ao NAFTA; e a acessão da China à OMC.

E, para as nações contestadoras do poder das estruturas hegemônicas, estas últimas reservam para elas mecanismos de isolamento e de sanções com menor ou maior grau de vigor. Outra maneira de enfraquecimento dos países periféricos e de outras estruturas contestatórias que o autor cita é a divisão interna e fragmentação territorial desses Estados.

Por último, a terceira estratégia de expansão de poder das estruturas hegemônicas apresentada pelo Embaixador, diz respeito à geração de ideologias. Por “ideologias”, Guimarães (1999, p. 35) refere-se ao “processo de elaboração de conceitos, de visões do mundo e de situações específicas”. Assim como na conceituação de Arrighi de que a alegação do grupo dominante de representar o interesse geral necessita ter, em menor ou maior grau, algum nível de realidade, para o Embaixador, “sua validade, sua utilidade (...) depende de serem tais “ideologias” percebidas como neutras, desinteressadas, ou, melhor ainda, de interesse geral, imparciais, verídicas e verossímeis” (ibidem).

Com o propósito de tornar tais ideologias mais impessoais, imparciais e de interesse geral, “sua elaboração conceitual e seu foco central, inicial, de difusão deve se localizar acima dos governos e dos Estados nacionais. Seu *locus* ideal se encontra, portanto, nos quadros técnicos das organizações internacionais”. (ibidem)

Paralelo ao processo de geração de ideologias dentro das agências internacionais, verifica-se também um outro processo de enfraquecimento daquelas organizações que ao longo do tempo “fugiram” do controle das estruturas hegemônicas. Foi o caso da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), da Organização

Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas (UNESCO), da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD) e também da Organização para o Desenvolvimento Industrial das Nações Unidas (UNIDO). Todas essas organizações entraram em descrédito e foram enfraquecidas por desenvolverem ideologias, conceitos e sugestões de política que foram consideradas contrárias aos objetivos estratégicos das estruturas hegemônicas, conforme relatou Samuel Pinheiro Guimarães (1999, p. 36).

2.3.2 Os diferentes tipos de poder: Japão, Rússia e EUA

As nações comportam diferentes tipos de poder. Verifica-se claramente no caso japonês uma especialização no período pós-guerra na busca pelo lucro. O Japão, segundo Arrighi (1996), tornou-se um protetorado dos EUA e especializou-se nas atividades de acumulação de capital da mesma maneira que a nação genovesa do século XV havia se especializado nas atividades financeiras que eram protegidas pelo escudo espanhol. Essa especialização do Japão conjugada com a proteção estado-unidense tornou-o a segunda maior potência econômica do mundo contemporâneo, porém um anão político-militar.

A Rússia é o caso oposto ao Japão. Herdeira do esforço soviético de expansão militar, dos seus impulsos imperiais e também da catástrofe econômica que se tornou a economia planificada nos fins da década de 1980 se comparada ao seu rival, a Rússia tornou-se um gigante político-militar e, contudo, dona de uma economia que somente depois de mais de uma década após a queda da URSS começou a dar os primeiros sinais de recuperação.

Conjugando os poderes político/militar e econômico estão os Estados Unidos que, apesar da redução relativa do seu potencial hegemônico desde a década de 1970, ainda configura a maior força econômica e político-militar do planeta.

Esses três países caracterizam perfeitamente os exemplos de liderança nas áreas apresentadas. Mas, sem dúvida nenhuma os Estados Unidos é o exemplo por excelência de liderança devido à força econômica e militar que acumulou ao longo do florescimento da sua hegemonia.

2.3.3 Os EUA como centro de poder regional e mundial

Logo após a Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos emergiram como única grande potência do globo. Não havia nada similar ao seu poderio econômico, político e militar. Eles detinham mais da metade da produção industrial do mundo (KENNEDY, 1989, p. 343), construíram o sistema das Nações Unidas e possuíam o monopólio das armas atômicas. Arrighi (1996, p. 283), a respeito da nova ordem estado-unidense do pós-guerra, assinalou:

Em Bretton Woods foram estabelecidas as bases do novo sistema monetário mundial; em Hiroshima e Nagasaki, novos meios de violência haviam demonstrado quais seriam os alicerces militares da nova ordem; em San Francisco, novas normas e regras para a legitimação da gestão do Estado e da guerra tinham sido explicitadas na Carta das Nações Unidas.

No pós-guerra – o período de apogeu da hegemonia estado-unidense – a relação entre o Estado mais poderoso e as organizações internacionais por ele criadas formavam um sistema econômico, político e militar capaz de abarcar todo o globo e que elevava o Estado americano ao patamar de único centro efetivo de poder de alcance global.

Em princípios de 1970, Os Estados Unidos possuíam

mais de um milhão de soldados em 30 países, eram membros de quatro alianças regionais de defesa e participantes ativos de uma quinta, tinham tratados de defesa mútua com 42 nações, eram membros de 53 organizações internacionais, e prestavam ajuda militar ou econômica a cerca de 100 nações em todo o globo. (Steele apud KENNEDY, 1989, p. 372)

Vejamos três dessas organizações internacionais:

A ONU – entre muitas das funções que ela exerce – pode ser vista como uma instituição com fins políticos, organizada pelos Estados Unidos para assegurar a soberania a todos os países-membros, conforme rege o artigo 2 da Carta das Nações Unidas. Mas essa soberania, conforme Anthony Giddens, foi “especificamente suposta como legal e não factual – as nações maiores deveriam ter direitos e deveres especiais, proporcionais à sua capacidade superior” (Giddens apud ARRIGHI e SILVER, 2001, p. 103). Arrighi estende a argumentação de Giddens afirmando que

A consagração desses direitos especiais na Carta das Nações Unidas institucionalizou, pela primeira vez desde Westfalia, a idéia de uma autoridade e uma organização supra-estatais que restringissem juridicamente a soberania de todas as nações, com exceção das mais poderosas. (2001, p. 103)

Muito aquém do cumprimento do objetivo de assegurar a soberania das nações a ONU institucionalizou – através dos membros permanentes do Conselho de Segurança – a centralização das decisões do organismo a uns poucos países favorecidos:

A soberania jurídica foi estendida a todas as nações – não apenas às do Ocidente – e cultuada na Carta das Nações Unidas (...) Mas o potencial revolucionário dessa ampliação do sistema de Estados soberanos foi esvaziado por meio de salvaguardas como o poder de veto das grandes potências e os assentos permanentes no Conselho de Segurança. “No fim”, observou Anne-Marie Burley, “nem todas as nações seriam tratadas igualmente.” Assim como o direito de voto foi montado de modo a favorecer as grandes potências ocidentais (a rede de veteranos do sistema original), também o controle dos novos guardiães institucionais da economia mundial (o FMI e o BIRD) pendeu para os maiores contribuintes – ou seja, os países mais ricos do mundo. (ARRIGHI e SILVER, 2001, p. 218)

Verifica-se, dessa maneira, que a estrutura de poder e decisão entre os membros de uma organização interestatal ou a sua fonte de financiamento podem conduzir a uma centralização do poder, como foi o caso da ONU.

A OTAN, Organização do Tratado do Atlântico Norte, é uma instituição regional, de caráter militar, criada em 1949, com o objetivo “washingtoniano” de conter o plano de dominação comunista mundial. A OTAN, juntamente com os acordos especiais com o Canadá tornaram os Estados Unidos responsáveis pela defesa de todo o hemisfério ocidental (KENNEDY, 1989, p. 371-372) e legitimaram a presença permanente de tropas americanas na Europa.

No mundo bipolarizado da segunda metade do século XX a OTAN serviu aos Estados Unidos como uma instituição militar que garantia a preservação de sua esfera de influência na Europa ocidental. Em contraposição, o Pacto de Varsóvia de 1955, estabeleceu a área de influência soviética.

O NAFTA constitui-se num instrumento de integração dos países da América do Norte (Estados Unidos, Canadá e México), estando aberto à inclusão dos países da América Central e do Sul. Foi iniciado em 1988 entre EUA e Canadá, em 1992 recebeu a adesão do México e em janeiro de 1994 começou efetivamente a vigorar. Tem o objetivo de até 2010 tornar a região dos três países uma área completamente livre de barreiras alfandegárias.⁵ O NAFTA é parte inicial do projeto norte-americano de estender a área de livre comércio a todas as Américas sob o projeto mais amplo da ALCA – Área de Livre Comércio das Américas. O NAFTA e a ALCA são projetos defendidos exaustivamente pelos Estados Unidos. Entre as propostas de liberalização das economias estão as de

⁵ <http://www.camara.gov.br/mercosul/blocos/nafta.html>, acessado em 14/08/06.

liberalização comercial – fim das barreiras aduaneiras e livre movimentação de produtos e serviços; e liberalização dos fluxos de capital – fim do controle cambial e das barreiras à movimentação de capital. Porém os projetos do NAFTA e da ALCA não incluem, por exemplo, a livre movimentação de pessoas e não dão a devida consideração ao fato de existirem níveis diferentes de desenvolvimento econômico entre os países da região. Para agravar ainda mais a situação, setores em que os Estados Unidos são menos competitivos – como o setor agrícola – não são devidamente abertos e continuam recebendo os benefícios do protecionismo norte-americano.

Fica claro que um país que possui força, prestígio e influência sobre os demais, consegue não somente tirar proveito do cenário internacional como também molda esse cenário em seu favor. O poder econômico e o poder das armas reforçam e recriam o poder político, assim como os poderes político e militar fazem ascender o poder econômico de uma nação.

03. A Organização de Cooperação de Shangai (OCS)⁶

A Organização de Cooperação de Shangai é um organismo novo, sua criação data de 2001, mas já começou a gerar alguns resultados práticos e a despertar a atenção da comunidade internacional. Nesse capítulo pretende-se apresentar um panorama geral da Organização.

O capítulo está subdividido em três partes: uma breve introdução da Organização, sua história e os países que a compõem; algumas características técnicas da OCS; e a possibilidade de inserção no organismo de novos países membros, mais especificamente sobre os países observadores⁷, Irã e Índia.

3.1 Introdução à Organização de Cooperação de Shangai

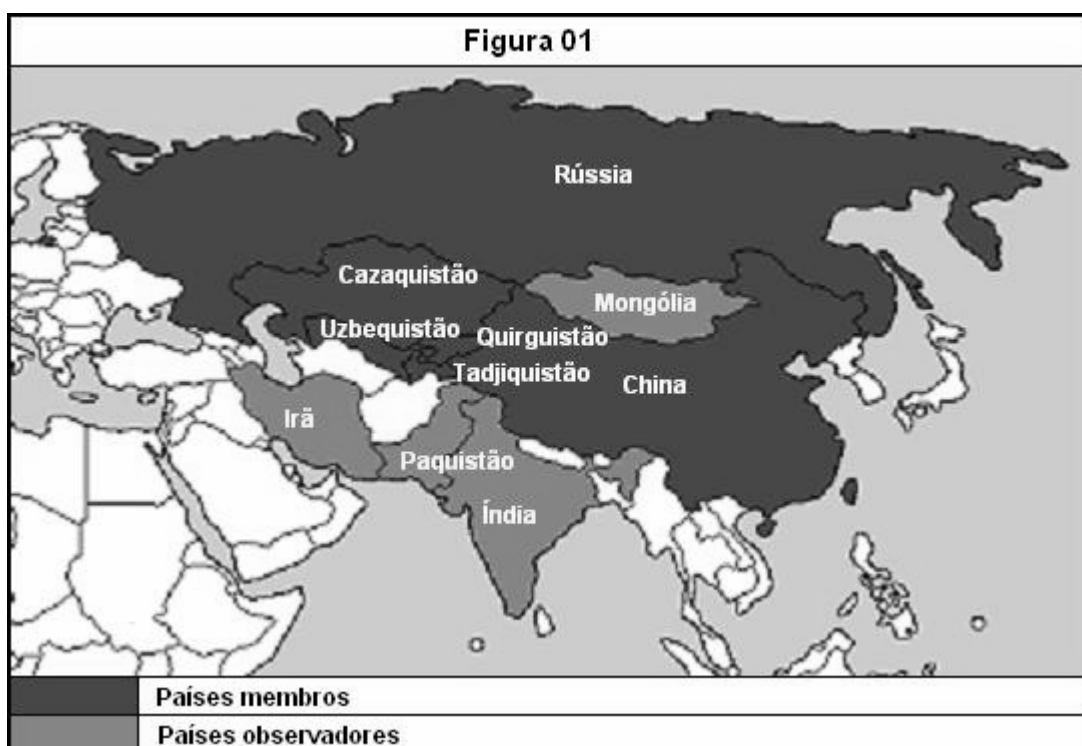
A Organização de Cooperação de Shangai é uma organização internacional, intergovernamental e de caráter permanente, proclamada em Shangai em 15 de junho de 2001 por seis países - República Popular da China, Federação Russa, República do Kazaquistão, República do Kirguistão, República do Tadjiquistão e República do Uzbequistão. Ela foi formada a partir do organismo dos “cinco de Shangai” que era constituído pelos países acima mencionados com exceção do Uzbequistão.

Em 1996, os Chefes de Estado de China, Rússia, Kazaquistão, Kirguistão e Tadjiquistão reuniram-se em Shangai para assinar um acordo com vistas a aprofundar a confiança militar em regiões de fronteira. Esses cinco países voltaram a se encontrar em reuniões anuais e ficaram conhecidos como os “cinco de Shangai”. Já na segunda reunião do grupo, realizada em Moscou, houve avanço considerável na cooperação entre os países: nesse encontro ficou decidido que os países iriam reduzir os seus contingentes militares nas regiões de fronteira. A partir da terceira cúpula dos “cinco de Shangai” os assuntos

⁶ Informações retiradas do site oficial da Organização de Cooperação de Shangai (www.sectsc.org).

⁷ São países que observam a Organização com o intuito de estudar a viabilidade de aderir ao organismo, caso os membros efetivos permitam a entrada.

tratados nas reuniões anuais começaram a se estender: foram discutidas matérias de segurança, cooperação regional, entre outros assuntos. Como descrito no site da Organização: “o conteúdo das reuniões também estava sendo gradualmente estendido para discutir matérias de fortalecimento da confiança mútua em regiões de fronteira para o desenvolvimento de uma cooperação mutuamente benéfica detalhada nas esferas da política, segurança, diplomacia, comércio, cultural-humanitárias e outras áreas”. Dessa forma, apesar do início do mecanismo dos “cinco de Shangai” ter sido marcado principalmente pelas questões de segurança regional, logo os assuntos se estenderam e passaram a tratar das mais diversas questões. Dando continuidade ao mecanismo, a Organização de Shangai acabou sendo fundada sem ter um objetivo único ou uma área exclusiva de atuação; a cooperação dos países-membros tem demonstrado ser muito diversificada.



Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Imagem:SCO_Map.png

Os estados membros da OCS ocupam aproximadamente um quinto do território mundial e três quintos da eurásia, com uma população que representa um quarto da população total do mundo. Se contados os países observadores (Índia, Mongólia, Irã e

Paquistão) a população da Organização alcança aproximadamente 40% da população mundial.⁸

3.2 Características técnicas da OCS

Na conceituação de Fernandes (1991, p. 22) dos tipos de relações entre países, pode-se dizer que os países-membros da OCS possuem relações pacíficas ou amigáveis, visto que na breve história da Organização ainda não se encontraram manifestações de litígios diplomáticos, diferendos políticos, desacordos econômicos ou guerras que tivessem uma característica de permanência ou que fossem recorrentes. Os países membros travam relações dentro da OCS com características de reciprocidade (mantendo relações consulares, relações diplomáticas clássicas e relações diplomáticas *ad hoc*); e de cooperação e coordenação (nos campos político, econômico, militar, social e humanitário, científico, cultural e técnico). Dos três tipos de relações pacíficas que foram demonstrados na Tabela 01, as relações de integração são as menos desenvolvidas. No entanto, a OCS tem planos de estabelecer uma área de livre comércio até o ano de 2020 – um indício de maior integração. Mas é improvável que essa organização alcance o nível de integração da União Européia, por exemplo, visto que um dos seus preceitos é manter a soberania de cada Estado.

A diversidade de atuação da OCS não permite caracterizá-la como um organismo de um único objetivo. Os países membros desenvolvem cooperação em diversas áreas: cooperação política (estreitando o entendimento político e realizando consultas mútuas, por exemplo); cooperação militar (realização de atividades militares em conjunto, acordos de redução de contingente militar em regiões de fronteira, transferência de tecnologia de armamentos etc.); cooperação econômica (através de acordos de comércio, acesso a financiamentos e empréstimos, redução de tarifas alfandegárias etc.); e também desenvolvem cooperação em menor escala nas áreas social-humanitária, científica, cultural e técnica.

⁸ Dados disponíveis em: <http://www.sectesco.org/> e <http://pt.wikipedia.org/>. Acessados em: 18/08/06.

A OCS tem dois corpos permanentes: um Secretariado em Pequim e a Estrutura Anti-Terrorista Regional (RATS) em Tashkent, capital do Uzbequistão. O Secretariado possui quatro grupos que dão suporte às decisões tomadas pelos chefes de Estado da OCS. Um grupo político, que coordena o Conselho dos Chefes de Estado, o Conselho dos Ministros de Relações Externas, a Estrutura Anti-Terrorista Regional (RATS) e o “grupo de Bishkek”, a reunião dos Chefes dos Ministérios da Defesa e também realiza os contatos com outros países e organizações. Um grupo econômico, que coordena o Conselho dos Primeiros Ministros dos países membros, as reuniões dos Ministérios da Economia e de direitos humanos e também realiza contatos com os círculos científicos e de negócios dos Estados membros. Um grupo administrativo-legal, que coordena as matérias do direito, do financiamento e do orçamento da OCS, serviços de chancelaria e também a manutenção econômica do Secretariado. E, o último grupo, o de Assistência à Secretaria Executiva que coordena os assuntos de imprensa. O outro corpo permanente da OCS – o RATS – visa combater as “três forças malignas”: o terrorismo, o separatismo e o extremismo religioso. A sua atuação ainda parece ser muito tímida, mas o RATS futuramente poderá vir a ser um importante braço militar e de inteligência da Organização monitorando e operando no território dos países membros.

As principais finalidades da Organização de Cooperação de Shanghai, conforme descrito no site da OCS, são:

fortalecimento da confiança mútua e das relações de boa-vizinhança entre os estados membros; promovendo sua efetiva cooperação nos negócios políticos, econômicos e de comércio, nas esferas técnico-científica, cultural e educacional, como também em energia, transporte, turismo e nos campos da proteção ambiental; juntamente salvaguardando e introduzindo a paz, a segurança e a estabilidade regionais; esforçando-se para a criação de uma nova ordem política e econômica internacional democrática, justa e razoável.

3.3 A OCS e a perspectiva dos países observadores – Índia e Irã

Gradualmente a Organização vem conquistando o interesse da comunidade internacional com a sua maneira mais prática e efetiva de adotar medidas que sejam do interesse dos países membros e com a sua promessa de que o desenvolvimento pode ser

externalizado a todos os países. O governo chinês é o grande promotor dessa nova política internacional aproveitando a boa fase da economia do seu país.

Índia, Mongólia e Irã, na última reunião de cúpula da Organização, realizada em 15 de junho de 2006, declararam oficialmente a sua intenção de participarem como membros plenos do organismo⁹. Nisso, dois fatos merecem destaque: primeiro, se a Índia tornar-se membro, ela estaria praticamente aceitando colocar-se dentro da esfera de influência sino-russa (se isso vier a acontecer, provavelmente será com muitas ressalvas, visto que a Índia é um país forte, culturalmente bem estabelecido e com uma economia muito promissora para aceitar uma posição de coadjuvante no cenário internacional)¹⁰. Segundo, o Irã possui boas relações com os chineses há muito tempo, atualmente ele é o segundo maior fornecedor de petróleo para a China. Tendo como membro efetivo da OCS o Irã – uma das nações mais fortes do Islã – se concretizaria a previsão de Samuel Huntington (1997, p.302-304) de que a conexão confuciano-islâmica seria ampliada e aprofundada no século XXI.

Entretanto, de acordo com os participantes efetivos da OCS, a Organização ainda não está aberta a novos membros. Segundo eles, o objetivo nesse momento é aprofundar as relações entre os países membros e consolidar a Organização para depois, então, expandi-la.

⁹ Fonte: <http://ultimosegundo.ig.com.br/>, acessado em 27/06/06.

¹⁰ Ver capítulo 04.

04. Implicações político-econômicas da OCS para a China e a Rússia

A Organização de Cooperação de Shangai não comporta todos os esforços praticados por Rússia e China no âmbito da política internacional, mas gradualmente ganha importância para esses países. Seja como uma área de influência, seja como um modelo-exemplo de organização internacional para o resto do mundo ou, simplesmente, como um meio de cooperação regional, a OCS vem ganhando espaço nas relações externas dos dois países. O objetivo desse capítulo é apresentar quais as possíveis intenções que a China e a Rússia têm com a OCS e como este órgão beneficia as estruturas político-econômicas desses países.

Na primeira parte serão analisadas algumas declarações dos dirigentes da OCS que descortinam o relacionamento sino-russo e as reais intenções dos dois para com o organismo. A segunda parte trata das estratégias sino-russas para a expansão das suas estruturas hegemônicas dentro da OCS. Por último, as perspectivas da economia asiática com a OCS serão abordadas.

4.1 OCS: mais do que uma organização de cooperação regional?

Descrevendo a Organização de Cooperação de Xangai como "exemplo ao resto do mundo", o presidente da Rússia, Vladimir Putin, encerrou sua participação na Conferência comemorativa dos cinco anos da constituição da "mais bem sucedida experiência de aproximação sino-russa", que congrega praticamente metade da humanidade. "Quando ressuscitam argumentos sobre supostas diferenças insuperáveis entre os países, a Organização mostra um excepcional exemplo de parceria no campo eurasiático", escreve Putin em artigo publicado no jornal moscovita *Rossiscaiya Gazeta*.¹¹

A primeira das implicações da OCS sobre a Rússia e a China a ser analisada é a própria aproximação entre esses dois países. Como o próprio presidente russo Vladimir Putin expressou na reunião do 5º aniversário da OCS, a Organização é a "mais bem

¹¹ Fonte: www.monitormercantil.com.br, acessado em 20/06/2006.

sucedida experiência de aproximação sino-russa” que se tem notícia e um “exemplo ao resto do mundo”.

A aproximação de dois gigantes políticos e de economias tão promissoras quanto às da Rússia e da China causa um sério desconforto às outras estruturas hegemônicas:

No último tempo figuras oficiais dos Estados Unidos procuram desacreditar de uma ou de outra forma os seis países comunitários de OCX e fazer baixar sua importância como uma organização regional séria capaz de assumir a responsabilidade pelo que está acontecendo na Eurásia. Daí as declarações no sentido de não passarem os frutos reais da “cooperação Xangai” de resolução de uns diferendos fronteiriços de pouca monta. Por outro lado, umas forças formalmente não relacionadas com o Governo Bush estão assustando o mundo dito livre com uma aliança entre “o Dragão e o Urso”. A edição “The Wall Street Journal”, por exemplo, descobriu saiba-se lá onde um “espírito antiamericano agressivo” e “músculos militares se reforçando”.¹²

De fato, parece haver interesses muito maiores na aliança entre o “Dragão e o Urso” do que apenas cooperar entre si e com os países da Ásia Central.

O general russo Leonid Ivashov, vice-presidente da Academia de Problemas Geopolíticos, que também já foi chefe do departamento de Assuntos Gerais do Ministério de Defesa da União Soviética, secretário do Conselho de Ministros de Defesa da Comunidade de Estados Independentes (CEI), chefe do Departamento de Cooperação Militar do Ministério de Defesa da Federação Russa e que, em 11 de setembro de 2001, ocupava o cargo de chefe do Estado Maior das forças armadas russas, durante a conferência “Axis for Peace 2005”¹³ fez fortes acusações contra os Estados Unidos e os seus aliados. Resumidamente, ele afirmou que o terrorismo internacional é manipulado pelas grandes potências e não existiria sem elas. Disse também que “em vez de fingir uma “guerra mundial contra o terrorismo”, a melhor maneira de reduzir os atentados se encontra no restabelecimento do direito internacional e na cooperação pacífica entre os Estados, assim como entre os seus cidadãos”¹⁴. Mas não foi apenas isso, como medidas necessárias para lutar eficazmente contra o terrorismo internacional, ele indica as que seguem:

Confirmar ante la Asamblea General de la ONU los principios de la Carta de las Naciones Unidas y del derecho internacional como principios que todos los Estados están obligados a respetar;
Formar una unión geoestratégica de civilización (tomando quizás como base la Organización de Cooperación de Shangai, en la que se agrupan Rusia, China, Kazajstán, Kirguizistán,

¹² Fonte: <http://port.pravda.ru/>, acessado em 20/06/06.

¹³ Conferência promovida em novembro de 2005 pela rede www.voltaire.net. Alguns dos seus apoiadores são a rede Al-Jazeera, o canal chavista Telesur e o Russia Today.

¹⁴ Fonte: www.voltairenet.org/article133545.html, acessado em 11/08/06.

Tayikistán y Uzbekistán) con una escala de valores diferente a la de los atlantistas; elaborar una estrategia de desarrollo de los Estados, un sistema de seguridad internacional, otro modelo económico y financiero (lo cual significaría asentar de nuevo el mundo sobre dos pilares); Vincular (bajo la égida de la ONU) las élites científicas a la elaboración y promoción de los conceptos filosóficos del Ser Humano del siglo XXI; Organizar la interacción de todas las confesiones religiosas del mundo, en nombre de la estabilidad del desarrollo de la humanidad, de la seguridad y del apoyo mutuo.¹⁵

Estas não parecem ser declarações “dadas ao vento”; o alto escalão do governo russo parece almejar mudanças profundas na ordem internacional e, dentro da nova ordem proposta, há um lugar de destaque para a Organização de Cooperação de Shangai. Ela não é considerada apenas uma organização de cooperação regional, mas sim um modelo-base a ser seguido pela comunidade internacional e que está vinculada ao interesse sino-russo de reestruturação das Nações Unidas. É possível que China e Rússia queiram tornar a OCS uma estrutura mais ampla e que sirva como modelo para uma nova aliança de segurança internacional.

Em 30 de janeiro de 2006, Olavo de Carvalho publicou no jornal Diário do Comércio um artigo criticando a declaração do General Ivashov dada na conferência “Axis for Peace 2005”, dizendo que:

O próprio Ivashov (...) [usou a teoria da não-existência do terrorismo] como prefácio à idéia bem mais substantiva que defendeu em seguida: o fortalecimento da ONU, alicerçado numa “união geoestratégica da civilização”, para deter a “expansão do imperialismo”. Distraidamente, como quem não quer nada, ele sugeriu que essa nova estrutura de poder militar mundial deveria ter como centro a Organização de Cooperação de Shangai, que reúne Rússia, China, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão.¹⁶

Mesmo que não se dê total crédito às teorias de Ivashov e de Olavo de Carvalho, da conspiração americana e da conspiração sino-russa, não podem ser ignorados os fatos de que nem o terrorismo é tão maléfico aos EUA quanto parece ser e nem os objetivos sino-russos quanto ao futuro da OCS são tão insignificantes quanto parecem. Aos poucos a aliança sino-russa dentro da OCS demonstra-se como de grande significância para o futuro da política internacional. Esta aliança vem intensificando-se através de resoluções conjuntas, harmonização de posições dentro do Conselho de Segurança da ONU – como nas crises nucleares da Coreia do Norte e do Irã – e também através de acordos bilaterais de cooperação técnica e econômica.

Acordos fechados entre a Rússia e a China, como os 15 acordos bilionários fechados durante a viagem da delegação russa à China em março de 2006, revelam que a

¹⁵ Fonte: www.voltairenet.org/article133545.html, acessado em 11/08/06.

aproximação dos dois países pode torná-los menos dependentes das opiniões do Ocidente quanto ao rumo que a política e a economia do dois países devem seguir. Os projetos de médio e longo prazo assumidos pelas duas partes denotam que a aproximação sino-russa é um “caminho sem volta” e que começa a moldar o cenário internacional do novo século.

4.2 As estratégias sino-russas de expansão de poder pela OCS

Três das estratégias de expansão de poder das estruturas hegemônicas apresentadas pelo Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães (1999) são tratadas nesse subcapítulo: a estratégia de expansão das agências internacionais, a estratégia de cooptação e fragmentação e a estratégia da geração de ideologias.

4.2.1 A estratégia de expansão das agências internacionais: a criação da OCS

Segundo um artigo de Immanuel Wallerstein (2006):

Las naciones por todo el mundo están llegando a la conclusión lógica de que ahora pueden desafiar políticamente a Estados Unidos. Tomemos el ejemplo más reciente: la Organización de Cooperación de Shangai, que reúne a Rusia, China y a cuatro repúblicas del Asia central, está por expandirse para incluir a India, Paquistán, Mongolia e Irán. Este último país fue invitado en el mismo momento en que Estados Unidos intentaba organizar una campaña mundial contra el régimen iraní. El Boston Globe llamó a esto, correctamente, "una alianza anti Bush" y un "viraje tectónico en la geopolítica".

A declaração de Wallerstein reforça e traz à prática a teoria do Embaixador Pinheiro Guimarães de que a criação de agências internacionais muitas vezes denota a influência de um país sobre uma região ou um grupo de países. A criação da OCS visa resguardar uma área livre da influência ocidental e que esteja dentro da esfera de influência sino-russa. Isso se dá sob os aspectos político, econômico e militar: político, porque a estrutura da OCS traz em si mecanismos que contribuem para o fortalecimento

¹⁶ Fonte: www.olavodecarvalho.org/semana/060130dc.htm, acessado em 11 de agosto de 2006.

dos Estados centro-asiáticos e que ajudam a manter a estabilidade desses países (o RATS – Estrutura Anti-Terrorista Regional – é um organismo dentro da OCS de combate ao terrorismo, separatismo e extremismo e que vem ganhando capacidade de lidar com os grupos que se oponham aos governos dos países membros); econômico, porque a China e a Rússia têm interesse de tornar os quatro países membros da Ásia Central vitrines do seu modelo de política internacional e de desenvolvimento; e, militar, porque os dois gigantes asiáticos têm capacidade militar suficiente para conferir segurança aos países membros da Organização. Uma base norte-americana no Uzbequistão já foi desativada e estuda-se formular um cronograma para que as tropas ocidentais desocupem completamente a região, como pode ser visto pelas últimas decisões da OCS:

Na última reunião da Organização, porém, formulou-se a exigência de "definir um cronograma conclusivo para operações anti-terroristas no Afeganistão e a retirada das tropas norte-americanas na Ásia Central". A propósito, uma dessas bases foi obrigada a se retirar às pressas do Uzbequistão, por exigência do governo uzbeque. O fato proporciona aos EUA todas as razões do mundo para se preocupar com seu futuro na região.¹⁷

Dessa forma, pelo exemplo da OCS, conclui-se que as organizações internacionais são instituições criadas para o fortalecimento e expansão do poder das estruturas hegemônicas.

4.2.2 A estratégia de cooptação e fragmentação

A região composta pelo Oriente Médio e Ásia Central é considerada de alta relevância estratégica para as grandes potências devido à sua localização no mapa geopolítico e às suas reservas energéticas. Tal fato é o que justifica, em menor ou maior grau, o apoio americano a Israel, as guerras do Golfo, do Afeganistão e do Iraque, as boas relações que a Rússia se esforça por manter com alguns países e grupos muçulmanos, o papel significantemente do Irã, a riqueza do mundo árabe, o terrorismo e, é claro, a existência da OCS. Enquanto os EUA tentam expandir a OTAN em países que antes pertenciam a ex-URSS, China e Rússia batalham com os meios que possuem para manter e expandir sua esfera de influência na região. O Embaixador Pinheiro Guimarães (1999, p. 34) diz que “a segunda estratégia de preservação das estruturas hegemônicas de poder é a de incluir

¹⁷ Fonte: www.monitormercantil.com.br, acessado em 20/06/2006.

novos atores, como sócios menores, por conveniência tática ou pela necessidade de refletir novas realidades de poder, decorrentes da dinâmica internacional”.

A Organização de Cooperação de Shangai diz contribuir para a estabilidade da vasta região da Ásia Central, que inclui tanto reservas de recursos naturais quanto áreas de conflito. Como parte da estratégia sino-russa de cooptação dos países ali localizados, China e Rússia pretendem levar crescimento econômico e cooperação para os países da região. Um exemplo dessa estratégia é o acesso mais facilitado ao financiamento: em junho do recorrente ano (2006) a China colocou à disposição dos países da OCS um fundo de crédito de US\$ 900 milhões para fomentar os setores-chave de energia, tecnologia da informação e transporte¹⁸. Pode-se citar também a cooperação entre a China, a Rússia e o Cazaquistão na área energética e a cooperação econômica e comercial entre os países membros.

Na área da segurança a OCS atua propondo estabilidade aos governos dos países membros e combate aos grupos contestatários internos e externos aos países. A Estrutura Anti-Terrorista Regional vem ganhando força no combate aos “três males”: o terrorismo, o extremismo e o separatismo, cooperando com os países membros contra grupos que contestem a autoridade do governo central. Além disso, a Rússia vem seguidamente realizando exercícios militares juntamente com os países membros. Podemos citar o realizado no Tadjiquistão e que foi noticiado pelo jornal russo Pravda: “Rússia conduz exercícios militares na Ásia central a nível divisional, numa operação que simula uma invasão por uma força estrangeira que entra na região através de um estado vizinho”¹⁹

4.2.3 A estratégia da geração de ideologias: o “Espírito de Shangai”

Um dos objetivos dos países membros é trazer à luz um novo modelo de relações internacionais, deixando de lado a morosidade burocrática e buscando alcançar efetivos avanços na cooperação e benefício mútuo. Além disso, deixa-se de lado a tendência dos países centrais de voltar aos padrões da Guerra Fria e “forçar” os países

¹⁸ Fonte: <http://ultimosegundo.ig.com.br/>, acessado em 27/06/06.

¹⁹ Fonte: <http://port.pravda.ru/>, acessado em 15/08/06.

periféricos a um alinhamento com alguma potência. Nesse novo modelo de relações internacionais o que se tenciona é a associação dos países para a promoção da paz e do desenvolvimento sem colocar-se contra algum outro bloco ou estado. Este novo modelo de relações apresentado inicialmente pelos “cinco de Shangai”, é claro, coincide com o interesse geral dos povos. Ele é a propaganda que chineses e russos têm utilizado para atrair após si o maior número de países que seja possível. Como Arrighi (1996, p. 28) expôs, “a alegação do grupo dominante de representar o interesse geral é sempre mais ou menos fraudulenta”.

Segundo as informações oficiais da Organização,

a OCS é guiada pelo “espírito de Shangai”, que é baseado nos princípios da confiança e benefício mútuos, igualdade, consultas mútuas, respeito às multiformes culturas e aspiração para articular o desenvolvimento, e no que diz respeito às relações externas a OCS não é um bloco fechado e não é dirigido de encontro a nenhum estado e região.²⁰

O “espírito de Shangai” simboliza um novo tipo ou modelo de política internacional. Poderia ser caracterizado como a ideologia da ascendente hegemonia chinesa. “Um Estado dominante”, diz Arrighi (1996, p. 29) “exerce uma função hegemônica quando lidera o sistema de Estados numa direção desejada e, com isso, é percebido como buscando um interesse geral. É esse tipo de liderança que torna hegemônico o Estado dominante”. E essa liderança, segundo Gramsci (apud ARRIGHI, 1996, p. 28), manifesta-se como liderança intelectual e moral. Entretanto, de acordo com o autor, a supremacia de um grupo social manifesta-se também sob a forma de “dominação”: “Um grupo social domina os grupos antagônicos, que ele tende a ”liquidar” ou subjugar, talvez até pela força das armas, e lidera os grupos afins ou aliados” (ibidem). Mas, por hora, a liderança intelectual e moral parece explicar suficientemente bem os objetivos da ideologia do “espírito de Shangai”.

Na Declaração de Estabelecimento da Organização de Cooperação de Shangai está definido que:

O “Espírito de Shangai” formado durante o processo dos “cinco de Shangai”, por meio da “confiança mútua, benefício mútuo, igualdade, consultas, respeito por multivilizações, esforçando-se pelo desenvolvimento comum” como parâmetros básicos, têm sido um precioso tesouro acumulado na cooperação entre os países da região nos anos recentes. Este espírito deve ser levado adiante para que então seja a norma de relações governamentais entre os estados membros da OCS no novo século²¹.

²⁰ Fonte: <http://www.sectsc.org/>, acessado em maio de 2006.

²¹ Parágrafo quatro da Declaração do Estabelecimento da Organização de Cooperação de Shangai. Fonte: <http://www.sectsc.org/>, acessado em maio de 2006.

E na declaração redigida no quinto aniversário da Organização, em 15 de junho de 2006, a importância do “Espírito de Shangai” é reforçada afirmando que

este espírito é a filosofia subjacente e o mais importante código de conduta da OCS. Ele enriquece a teoria e a prática das relações internacionais contemporâneas e incorpora a aspiração compartilhada pela comunidade internacional de estabelecer a democracia nas relações internacionais. O “Espírito de Shangai” é, portanto, de importância crítica para a comunidade internacional. Sua busca é por um novo modelo não-confrontacional de relações internacionais, um modelo que evocamos para descartar a mentalidade da Guerra Fria e transcender as diferenças ideológicas.

Vale reforçar a declaração de que “este espírito (...) incorpora a aspiração compartilhada pela comunidade internacional de estabelecer a democracia nas relações internacionais”. Ora, se estabelecer a democracia é uma aspiração, é porque o modelo anterior (americano) ainda não conseguiu efetivamente estabelecê-la. O “Espírito de Shangai”, segundo a Organização, seria um novo modelo efetivamente capaz de estabelecer a democracia nas relações internacionais porque deixa de lado as diferenças ideológicas, descarta a mentalidade de alinhamento da Guerra Fria e respeita a multiplicidade cultural; e isso, segundo eles, é uma aspiração compartilhada por toda a comunidade internacional. Entretanto, um modelo, antes de ser adotado massivamente, precisa ser testado.

O “Espírito de Shangai” precisa ser provado para que possa demonstrar ser útil à comunidade internacional. Somente os frutos da Organização poderão dizer se ele satisfaz as necessidades das nações ou se é apenas uma declaração fraudulenta de um grupo que tenta ganhar alguma posição de destaque. A declaração abaixo foi dada pelo presidente Vladimir Putin durante a sexta reunião de cúpula da OCS, em 15 de junho de 2006 e registrada pelo jornal Monitor Mercantil:

O presidente russo destaca "como metas centrais da Organização a segurança periférica, a estabilidade e a essencial elevação do nível de vida da população, com a transformação da Ásia Central em uma das regiões mais desenvolvidas do mundo".²²

Da mesma maneira que o Embaixador Pinheiro Guimarães descreveu ter os Estados Unidos utilizado o Japão como uma vitrine de prosperidade do modelo ocidental no oriente, nos próximos anos o que provavelmente se deve assistir é a concretização do

²² www.monitormercantil.com.br, acessado em 20/06/2006.

esforço sino-russo de tornar os quatro países da Ásia Central e os demais países que se agregarem à Organização uma vitrine do modelo oriental de desenvolvimento.

Outra prova para o “Espírito de Shangai” seria a expansão da Organização incluindo a Índia, a Mongólia e o Irã como membros efetivos. Parece pouco provável que uma união de culturas tão diversas – sínica, ortodoxa, islâmica e hindu – desse certo. No quadro apresentado por Huntington (1997, p. 309) dos alinhamentos que surgem no novo século, o que parece mais improvável de acontecer é a aliança da civilização chinesa com a indiana. Segundo Huntington (ibidem) “no momento (em 1996), o poderio chinês está-se expandindo e o poderio da Índia poderia crescer de modo substancial no início do século XXI. O conflito parece altamente provável”. De fato, o poderio chinês se expandiu e continua se expandindo velozmente e a Índia iniciou também o processo de expansão do seu poderio nesse século. Huntington (ibidem) complementou a sua exposição citando o comentário do analista Mohan Malik:

A rivalidade subjacente de poder entre os dois gigantes asiáticos e as imagens que fazem de si mesmos, como grandes potências e centros de civilização e cultura por natureza, continuarão a levá-los a apoiar países e causas diferentes. A Índia se esforçará por emergir não só como um centro de poder independente no mundo multipolar, mas também como um contrapeso ao poderio e influência da China.

Como será a relação entre China e Índia dentro da Organização de Cooperação de Shangai, se de fato a Índia tornar-se um país-membro? Isso não é algo fácil de assimilar.

A única hipótese que parece ser razoável é a de que as declarações da carta da OCS serão postas em prática ao pé da letra. Um modelo não-confrontacional de relações internacionais, de respeito à multiplicidade civilizacional e cultural, de benefício mútuo, seria realmente uma nova maneira de fazer política internacional e que muito provavelmente satisfaria a “aspiração compartilhada pela comunidade internacional”, como querem chineses e russos. Dessa maneira, de fato, o “Espírito de Shangai” tornar-se-ia a ideologia das relações internacionais no novo século.

4.3 A OCS e as perspectivas para as economias russa e chinesa

Alguns temas ganham importância para o estudo das economias chinesa e russa e de suas relações com a OCS. Primeiramente, poderia ser destacado o crescimento econômico desses dois países nos últimos anos e as perspectivas das suas economias.

Tabela 03 – Crescimento das economias chinesa e russa

China	1984-94	1994-04	2003	2004	2004-08
<i>(crescimento anual médio)</i>					
PIB	9.4	8.3	9.3	9.5	8.0
PIB per capita	7.9	7.4	8.6	8.9	7.3
Exportações de bens e serviços	8.1	17.3	26.8	28.4	14.4
Rússia	1984-94	1994-04	2003	2004	2004-08
<i>(crescimento anual médio)</i>					
PIB	-9.2	3.2	7.3	7.1	6.9
PIB per capita	-9.3	3.6	7.8	7.6	7.5
Exportações de bens e serviços	...	7.0	12.5	12.3	2.5

Fonte: Banco Mundial, 2006.

Como pode ser visto na Tabela 03, há pelo menos duas décadas a China apresenta um crescimento real do PIB em torno de 9%. Nenhuma outra economia teve um desempenho tão espetacular. Devido ao programa governamental de controle de natalidade, o crescimento do PIB per capita acompanhou de perto o crescimento do PIB real chinês. Segundo o Banco Mundial, a economia chinesa continuará crescendo em ritmo acelerado nos próximos anos.

A Rússia iniciou tarde sua trajetória de crescimento econômico. Entre 1984 e 1994, período que abrange a transição do regime comunista soviético para o regime aberto, o país sofreu uma forte contração do PIB e da renda. Somente nos últimos anos, no governo intervencionista de Vladimir Putin, ele entrou num processo ascendente. Devido ao envelhecimento da sua população, que acompanha o fenômeno dos países europeus, o PIB per capita da Rússia cresce mais rápido do que a produção interna. A perspectiva do Banco Mundial para a exportação de bens e serviços da Rússia no período de 2004 a 2008 parecesse estar em contradição com a média dos últimos anos e com o crescimento previsto para o PIB no mesmo período.

A perspectiva da economia russa para os próximos anos é favorável. Em relatório da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), noticiado pelo Diário de Cuiabá²³, a economia russa é destacada, junto com a chinesa e a indiana, como as economias que apresentam alto índice de aquecimento (o contrário do que a OCDE prevê, por exemplo, para o Brasil e os sete países mais industrializados do mundo). O ritmo de crescimento econômico, que nos últimos seis anos oscilou em torno de 7%, e a crescente demanda por petróleo no mercado internacional, levaram novamente a Rússia ao destaque no cenário internacional²⁴. Como destacou Serbin Argyrovitz, do jornal Monitor Mercantil:

Agora, antigos players retornam e novos surgem. Entre os primeiros inclui-se a já estabilizada Rússia, de Vladimir Putin. A riqueza e o poder da "Mãe Rússia" são velozmente reavaliados - para cima - graças ao petróleo e ao gás natural. A época de "triste memória" de Boris Yeltsin, quando os EUA chantageavam o país através do Fundo Monetário Internacional (FMI), já passou. A Rússia recupera sua influência na zona das ex-repúblicas socialistas soviéticas tanto na Ásia Central quanto na Europa Oriental.²⁵

A Rússia tem a nona maior economia do mundo e em poucos anos terá a sexta maior e a segunda maior da Europa; hoje ela possui a quarta maior reserva internacional de dólares.²⁶

O peso da economia chinesa também faz inclinar a balança capitalista para o Oriente. A China alcançou recentemente o posto de quarta maior economia do mundo, deixando para trás o Reino Unido²⁷, e desde o início do ano (2006) possui a maior reserva internacional de dólares (superior a US\$ 1 trilhão). O vice-presidente do Comitê Estatal de Desenvolvimento e Reformas da China, Peng Sem, "afirmou (...) que seu país espera atingir um PIB de US\$ 4 trilhões até 2020".²⁸ O Ocidente ainda possui a primeira e a terceira maior economia (EUA e Alemanha, respectivamente); no entanto, o segundo e o quarto posto já estão com países orientais (Japão e China), algo impensável há cinquenta anos.

Um dos fatores que colabora para o atual crescimento da China e para as perspectivas promissoras do país é o otimismo do povo chinês: 71% dos chineses acredita que a China será uma potência mundial até 2020 e 44% acreditam que o país já está nessa

²³ Fonte: <http://www.diariodecuiaba.com.br/>, acessado em 05/08/06.

²⁴ Fonte: <http://www.monitormercantil.com.br/>, acessado em 17/07/06.

²⁵ Fonte: <http://www.monitormercantil.com.br/>, acessado em 20/08/06.

²⁶ Fonte: <http://port.pravda.ru/>, acessado em 15/08/06.

²⁷ Fonte: <http://www.estadao.com.br/>, acessado em 20/08/06.

posição²⁹. Estima-se que 200 milhões de chineses migrarão do campo para as cidades nos próximos dez anos,³⁰ dando continuidade ao que já vem ocorrendo nas últimas décadas. Esse grande êxodo rural ajuda a manter o baixo nível salarial do trabalhador chinês o que, por sua vez, mantém a atração de empresas estrangeiras que buscam baixo custo de mão-de-obra para as suas fábricas.

O mercado consumidor chinês também é muito promissor. Até a década de 1990 a China era vista apenas como uma ameaça às empresas do resto do mundo, visto que conseguia colocar no mercado mundial produtos muito mais competitivos do que os de outros países. Hoje, em 2006, entende-se que a China é uma via de mão dupla: continua sendo uma ameaça devido à sua competitividade, mas também é o mercado consumidor mais promissor de pelos menos os próximos 25 anos. Isso pode ser comprovado de duas maneiras: a primeira delas refere-se ao aumento real do nível médio dos salários na China. “De acordo com o Credit Suisse, os salários na China aumentaram de 15% a 20% neste ano (2006), com aumento total de 50% desde 2004”.³¹ O jornal Monitor Mercantil noticiou que

segundo recente pesquisa do instituto McKinsey Global Institute (MGI), cerca de 700 milhões de pessoas constituirão a classe média da China em 2025. Seu poder aquisitivo somará 20 bilhões de yuan (US\$ 4 bilhões), tornando-a o maior mercado consumidor do mundo. Hoje, o MGI estima que 23% das famílias urbanas na China dispõem de renda superior a 25.000 yuan (US\$ 3.125,00). A premissa é de que este percentual será elevado em 90% dentro de 20 anos. Aliás, a meta deverá ser concluída muito antes em algumas regiões. Em Kadona, por exemplo, 51% da população tem rendimento anual entre 60 mil e 500 mil yuan (US\$ 7 mil e US\$ 62,5 mil).³²

A outra questão que atesta o tamanho do mercado chinês é a quantidade de empresas estrangeiras voltadas para o varejo que aterrisam anualmente na China. As vendas a varejo na China crescem de 12 a 13% ao ano³³.

Mas para manter esse estrondoso crescimento, a China terá alguns desafios pela frente. Quatro deles parecem ser mais evidentes: a devastação ambiental que o crescimento acelerado ocasiona; o envelhecimento da população (problema que deve afetar

²⁸ Fonte: <http://www.diegocasagrande.com.br/>, acessado em 20/08/06.

²⁹ Fonte: <http://ultimosegundo.ig.com.br/>, acessado em 20/08/06.

³⁰ Fonte: Revista Veja, 09 de agosto de 2006. Edição 1968, ano 39, nº 31. Pág. 196.

³¹ Fonte: www.monitormercantil.com.br, acessado em: 10/07/2006.

³² Ibidem.

³³ Ibidem.

a China a partir de 2013)³⁴; a falta de estabilidade social e política nas áreas rurais; e a escassez de recursos energéticos para suprir toda a demanda chinesa.

A Organização de Cooperação de Shanghai pode colaborar de forma direta para a solução dos dois últimos problemas. Quanto a falta de estabilidade, a Estrutura Anti-Terrorista Regional (RATS) é o órgão da OCS que luta contra o separatismo nos territórios mais instáveis social e politicamente. Um desses territórios é a longínqua província de Xinjiang que é composta por minorias étnicas que vivem da agricultura e que não foram alcançadas pelo desenvolvimento econômico chinês. Essas minorias étnicas não se identificam com a parte leste da China, mais próspera e que é composta em sua maioria pela etnia *han*. O governo chinês tem interesse nessa província e abafa todas as tentativas de separatismo, pois esta é uma região rica em fontes energéticas.

Com relação ao problema da escassez de recursos energéticos, a China vem adotando medidas fiscais e legais que incentivem as empresas poupadoras e punam as menos eficientes. Recentemente o governo promulgou leis de incentivo à redução do consumo de energia e pretende reduzir em 20% a quantidade de energia gasta por unidade do PIB³⁵. Outra medida adotada foi acabar com os incentivos fiscais à exportação de produtos que utilizem excessivamente energia para a sua produção³⁶. Em declaração de Liu Jianchao (porta-voz da delegação chinesa à 6ª Cúpula da Organização de Cooperação de Shanghai), foi falado que:

A parte chinesa acolhe todas as propostas que possam impulsionar a cooperação energética entre os países membros da OCS. O presidente russo, Vladimir Putin, disse no mesmo dia no conclave que é benéfico estabelecer um clube de energia dentro do quadro da OCS. A respeito, Liu disse que a cooperação energética é uma das mais importantes áreas de cooperação entre os membros da entidade.³⁷

Para a Rússia as perspectivas não são diferentes. Podem ser citadas duas frentes em que a OCS atua como um componente de fortalecimento da economia russa: primeiro, como um mercado para a indústria bélica russa exportar os seus equipamentos; e, segundo, como um mercado para os recursos energéticos russos.

A Rússia é o primeiro exportador de armas do mundo há três anos, com vendas superiores a US\$ 6,13 bilhões em 2005 e uma pasta de contratos de quase US\$ 7 bilhões para 2007. A maioria das exportações de armamento russo são aviões, helicópteros, embarcações de

³⁴ Fonte: Revista Veja, 09 de agosto de 2006. Edição 1968, ano 39, nº 31. Pág. 185.

³⁵ Fonte: <http://po.chinabroadcast.cn/>, acessado em 31/07/06.

³⁶ Fonte: <http://www.oprimeirodejaneiro.pt/>, acessado em 23/07/06.

³⁷ Fonte: <http://chinabroadcast.cn/>, acessado em 15/06/06.

combate, tanques e sistemas de mísseis, e os principais compradores são China, Índia, Malásia e Indonésia.³⁸

Deve ser destacado que os principais clientes dos armamentos russos são países asiáticos. Em primeiro lugar está a China e, em segundo a Índia (país observador da OCS). Como resultado da aliança estratégica sino-russa – dentro e fora da Organização de Cooperação de Shangai – 95% das armas vendidas à China entre 2000 e 2005 procedeu da Rússia num montante de 13 bilhões de dólares, segundo informe do departamento americano de Defesa.³⁹ O mercado comum que deseja ser implantado entre os países da OCS até 2020 deve colaborar para que esses números cresçam e o comércio interregional se intensifique.

A Rússia é atualmente o segundo maior exportador de petróleo e o primeiro maior exportador de gás do mundo. Ela é um líder mundial no mercado energético graças às suas reservas de gás, petróleo e o controle que possui do processo de manipulação da energia atômica. O país depende diretamente da sua capacidade energética, seja para fins civis ou militares, para se posicionar como uma grande potência mundial.

A Rússia, nos últimos cinco anos, confirmou seu papel de superpotência energética em nível mundial, apesar da concorrência, feroz oposição e pirracenta negativa de muitos líderes e instituições dos países desenvolvidos, que até hoje hesitam em reconhecer-lhe o protagonismo no assunto.⁴⁰

Recentemente o governo russo anunciou investimentos muito expressivos, na ordem dos US\$ 74 bilhões até 2010, para a expansão energética.⁴¹

Durante a viagem do presidente russo Vladimir Putin à China, em março de 2006, foram assinados 15 acordos bilaterais de cooperação, com clara ênfase ao setor energético: investimentos na ordem de US\$ 10 bilhões para construção conjunta de dois grandes gasodutos que partem dos dois extremos da Sibéria rumo à China; construção de um oleoduto nos mesmos moldes dos gasodutos, um investimento de aproximadamente US\$ 11,5 bilhões; aumento de 25% no volume de petróleo transportado para a China; acordos de cooperação bilateral para prospecção e exploração conjunta de reservas de gás natural na ilha de Sakalina e de petróleo na Sibéria; construção de uma gigantesca refinaria de petróleo e derivados na China; cooperação bilateral em energia atômica; construção pela

³⁸ Fonte: <http://ultimosegundo.ig.com.br/>, acessado em 20/07/06.

³⁹ Fonte: <http://ultimosegundo.ig.com.br/>, acessado em 20/08/06.

⁴⁰ Ibidem.

⁴¹ <http://www.dci.com.br/>, acessado em 15/08/06.

Rússia de uma gigantesca usina nuclear no leste da China; e, ainda, a construção de quatro hidrelétricas na Sibéria cujo único cliente será a China.⁴²

Porém nem tudo acontece como o esperado na política energética russa. O país vem sofrendo fortes críticas da comunidade internacional, principalmente dos EUA, por entenderem que a Rússia utiliza suas reservas energéticas como um meio de “intimidação e chantagem”. Esse foi o discurso dado pelo vice-presidente dos Estados Unidos, Dick Cheney, na Lituânia, em maio do corrente ano.⁴³ Mas parece que não é por acaso que os EUA começam a adotar uma postura mais dura contra o governo russo.

Noam Chomsky, em uma entrevista sobre a recente guerra entre Israel e Líbano, falou a respeito das conseqüências para os EUA de uma aliança entre a OCS e o Islã:

Podemos esperar com certeza que os EUA continuarão a fazer o que puderem para controlar esta fonte de poder estratégico sem paralelo [recursos energéticos]. Isso pode não ser fácil (...). Eles estão mesmo a enfrentar a possibilidade do pesadelo final: uma aliança xiita a controlar as maiores fontes de energia do mundo, e independente de Washington — ou ainda pior, a estabelecer ligações mais estreitas com a Asian Energy Security Grid e o Conselho de Cooperação de Xangai, com base na China. Os resultados poderiam ser realmente apocalípticos.⁴⁴

Para Chomsky, esta aliança seria a possibilidade do “pesadelo final” do poderio norte-americano. Parece que a questão dos recursos energéticos é o fator isolado de maior relevância para a definição dos desdobramentos da política internacional dos países nos próximos anos.

⁴² Fonte: www.monitormercantil.com.br, acessado em 31/03/06.

⁴³ Fonte: <http://www.estadao.com.br/>, acessado em 05/05/06.

⁴⁴ Fonte: <http://www.vermelho.org.br/>, acessado em 10/08/2006. Entrevista de Noam Chomsky por Merav Yudilovitch, em 08 de agosto de 2006 publicada no site www.zmag.org e traduzida por www.resistir.info.

05. Considerações finais

Ao que tudo indica, a Organização de Cooperação de Shangai parece ser muito promissora para os líderes chineses e russos. Através da OCS, China e Rússia colocam a Ásia Central dentro de sua esfera de influência, tornando-a livre da ingerência Ocidental.

Para a China individualmente, a OCS contribui dando maior estabilidade política e social nas regiões de fronteira e na vasta província de Xinjiang. Outro benefício é a garantia de mais três grandes reservas de energia para suprir a sua de manda: a Rússia, as províncias do noroeste chinês e ainda as reservas dos países da Ásia Central.

Para a Rússia, a OCS garante um vasto mercado importador dos seus recursos energéticos e da sua indústria bélica. A China há alguns anos é o maior parceiro russo nessa última área e provavelmente nos próximos anos tornar-se-á também o maior importador do petróleo, gás natural e energia atômica da Rússia.

Para os quatro países membros da Ásia Central (Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão), a OCS contribui tornando-os mais estáveis social e politicamente. Além disso, os países da região passam a receber os benefícios da política externa das duas potências, as quais desejam torná-los uma vitrine para o modelo de desenvolvimento adotado pela Organização.

A perspectiva da entrada de novos membros na Organização sinaliza algumas mudanças maiores que poderão alterar a atual ordem internacional. São alguns movimentos na política internacional que precisam ser cuidadosamente observados.

O primeiro deles é a possibilidade de inclusão da Índia como membro efetivo da OCS. Segundo Huntington (1997), um alinhamento de posições entre China e Índia é algo quase impossível de acontecer. Somente haveria espaço para civilizações tão diversas e tão poderosas atuarem pacificamente dentro de um mesmo organismo se este surgisse com uma proposta totalmente nova de relações internacionais. É o que a OCS está propondo. E a entrada da Índia na Organização seria a prova de que essa proposta é realmente nova. Seria a emergência de um novo modelo de política internacional surgindo de dentro da OCS através da ideologia do “Espírito de Shangai”, o que poderia significar uma nova era de liderança moral e intelectual chinesa nas relações internacionais.

O segundo movimento a ser observado é a possibilidade do Irã vir a fazer parte do quadro dos membros efetivos da Organização. Se isso acontecer, estaria cumprida a previsão de Samuel Huntington (1997) de que os vínculos da relação confuciano-islâmica seriam aprofundados e expandidos no século XXI. E, também estaria a um passo de se cumprir, o “temor de Chomsky”, de uma aliança entre os xiitas e a Organização de Cooperação de Shangai controlando as maiores fontes de energia do mundo. E, como Noam Chomsky disse, “os resultados poderiam ser realmente apocalípticos”⁴⁵.

Esses movimentos podem indicar um maior equilíbrio nas relações entre Oriente e Ocidente. Com o fortalecimento das estruturas política e econômica da China e da Rússia, reforça-se a tese do surgimento de um sistema multipolarizado (WALLERSTEIN, 2006; FERNANDES, 2003; GUIMARÃES, 1999) em que os Estados Unidos perdem espaço no cenário internacional e os Estados-nações orientais surgem como um novo expoente do capitalismo mundial.

O Brasil, e a América Latina como um todo, precisam estar atentos a esses movimentos que vêm acontecendo na política internacional. Se não souberem identificar e aproveitar esse momento, quando começam a surgir mudanças na ordem mundial, talvez tenham que esperar mais algumas décadas [ou séculos!] para presenciar novamente um tempo tão favorável como o que se descortina a nossa frente. Parece faltar ao Brasil uma postura mais ousada que leve o país a uma posição de destaque no cenário mundial e que permita à política externa brasileira ter maior independência em relação às decisões de outros países. Os exemplos de China e Rússia indicam uma alternativa ao nosso país.

⁴⁵ Fonte: <http://www.vermelho.org.br/>, acessado em 10/08/2006.

06. Referência Bibliográfica

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

ARRIGHI, Giovanni e SILVER, Beverly J. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, 2001.

BANCO MUNDIAL. **Russian Federation at a glance**. Disponível em: <www.bancomundial.org.br>. Acesso em: agosto de 2006.

_____. **China at a glance**. Disponível em: <www.bancomundial.org.br>. Acesso em: agosto de 2006.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Blocos Econômicos. **Acordo de Livre Comércio da América do Norte**. Disponível: <<http://www.camara.gov.br/mercosul/blocos/nafta.html>>. Acesso em: 14/08/06.

CARVALHO, Olavo de. Sugestão aos bem-pensantes: Internem-se. **Olavo de Carvalho Homepage**. 30 janeiro 2006. Disponível em: <<http://www.olavodecarvalho.org/>>. Acesso em: 11 agosto 2006.

CASAGRANDE, Diego. China estime PIB de US\$ 4 trilhões até 2020. **Diego Casagrande Homepage**. Manchete, 13 junho 2006. Disponível em: <<http://www.diegocasagrande.com.br/>>. Acesso em: 20 agosto 2006.

DIÁRIO DE CUIABÁ. Economia perde fôlego, diz OCDE. **Diário de Cuiabá**. Comércio Exterior, 05 agosto 2006. Disponível em: <<http://www.diariodecuiaba.com.br/>>. Acesso em: 05 agosto 2006.

ESTADÃO. China cresce 10,9% no primeiro semestre, mas inflação sobe 1,3%. **O Estado de São Paulo**. Últimas. Economia. Notícias, 18 julho 2006. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/>>. Acesso em: 20 agosto 2006.

FERNANDES, Antônio José. **Relações Internacionais**: fatos, teorias e organizações. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

FERNANDES, Luis. **A reconfiguração da ordem mundial no início do século XXI**: uma nova era de unilateralismo intervencionista? In: REBELO, A.; FERNANDES, L.; CARDIM, C. H., organizadores. Seminário Política Externa do Brasil para o Século XXI. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003.

GILPIN, Robert. **A nova ordem política e econômica mundial**. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis; MARTINS, Luciano (coordenadores). A nova ordem mundial em questão. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia**: uma contribuição ao estudo da política internacional. Porto Alegre / Rio de Janeiro: Editora da Universidade / UFRGS / Contraponto, 1999.

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1997.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências**: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

_____. **General Information**. Disponível em: <<http://www.sectesco.org>>.

Acesso em: maio de 2006.

MONITOR MERCANTIL. Vladimir Putin joga o "jogo chinês": hidrocarbonetos e armas high-tech russas derreteram o acumulado gelo político. **Monitor Mercantil**. Geopolítica, 31 março 2006. Disponível em: <<http://www.monitormercantil.com.br/>>. Acesso em: 09 abril 2006.

_____. Bem sucedida "experiência" sino-russa: Putin festeja congregação de países asiáticos. **Monitor Mercantil**. Geopolítica, 20 junho 2006. Disponível em: <<http://www.monitormercantil.com.br/>>. Acesso em: 20 junho 2006.

_____. Aonde vai o capitalismo? **Monitor Mercantil**. Opinião, 26 junho 2006. Disponível em: <www.monitormercantil.com.br>. Acesso em: 26 junho 2006.

_____. China: nasce o maior mercado mundial. **Monitor Mercantil**. Internacional, 06 julho 2006. Disponível em: <<http://www.monitormercantil.com.br/>>. Acesso em: 10 julho 2006.

_____. Um mundo totalmente fora de controle: fracassa a política externa norte-americana. **Monitor Mercantil**. Geopolítica, 17 agosto 2006. Disponível em: <http://www.monitormercantil.com.br>. Acesso em: 20 agosto 2006.

PRAVDA On-Line. Aliança entre “Dragão e Urso”. **Pravda**. Disponível em: <<http://port.pravda.ru/>>. Acesso em: 20 junho 2006.

_____. Exercícios militares em Tadjiquistão. **Pravda**, 16 agosto 2006. Disponível em: <<http://port.pravda.ru/>>. Acesso em: 15 agosto 2006.

_____. O sucesso econômico russo: mais do que petróleo. **Pravda**, 15 agosto 2006. Disponível em: <<http://port.pravda.ru/>>. Acesso em: 15 agosto 2006.

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das Organizações Internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

SHANGHAI COOPERATION ORGANISATION. **Declaration on Establishment of Shanghai Cooperation Organisation**. Disponível em: <<http://www.sectesco.org>>. Acesso em: maio de 2006.

ÚLTIMO SEGUNDO. Membros da SCO se reúnem pensando em uma nova ordem mundial. **Último Segundo**. Matérias. Mundo, 15 junho 2006. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/>>. Acesso em: 27 junho 2006.

_____. Rússia inaugura exposição internacional de armamentos. **Último Segundo**. Matérias. Mundo, 11 julho 2006. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/>>. Acesso em: 20 julho 2006.

_____. Gastos da Rússia com defesa vão aumentar 20% em 2007. **Último Segundo**. Matérias. Mundo, 25 maio 2006. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/>>. Acesso em: 20 agosto 2006.

_____. China anuncia plano para dotar-se de armas de alta tecnologia. **Último Segundo**. Matérias. Mundo, 25 maio 2006. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/>>. Acesso em: 20 agosto 2006.

_____. China desafiará EUA como potência mundial em 2020, diz pesquisa. **Último Segundo**. Matérias. Mundo, 02 junho 2006. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/>>. Acesso em: 20 agosto 2006.

VEJA. São Paulo: Editora Abril, n. 31, 09 ago. 2006.

VERMELHO. Noam Chomsky: a proximidade do apocalipse. **Vermelho Portal**. Mundo, 10 agosto 2006. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/>>. Acesso em: 10 agosto 2006.

VOLTAIRNET.org. General Ivashov: El terrorismo internacional no existe. **Voltairnet**, 11 janeiro 2006. Disponível em: <<http://www.voltairenet.org/>>. Acesso em: 11 agosto 2006.

WALLERSTEIN, Immanuel. ¿De quién es el siglo XXI?. **La Jornada**, México. Política, 19 junho 2006. Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx/>>. Acesso em: 25 junho 2006.